

§ 1.º Poderá o Governo, a qualquer tempo, exigir da «São Paulo Electric Company, Limited» todas as obras que julgar necessárias à saúde pública não lhe sendo, por isso, devida nenhuma indemnização.

Artigo 4.º No cálculo dos terrenos a desapropriar entrará toda a área inundada ou inundável pela represa, contemplando-se no computo da indemnização os pontes que forem directa ou indirectamente affectados pela inundação.

Artigo 5.º Fica a «São Paulo Electric Company, Limited» obrigada a indemnizar no seu todo as propriedades cujas sedes forem inundadas, bem como aquellas que ficarem inutilizadas em metade de sua cultura ou dois terços de sua extensão.

Artigo 6.º Fica a mesma Companhia obrigada a levantar as pontes existentes nos rios que forem alagados, conservando livres as passagens de todos os caminhos, ou a fazer estradas equivalentes, a juízo do Governo.

Artigo 7.º As desapropriações deverão estar concluídas dentro de seis meses, a contar da aprovação das plantas, sob pena de caducidade desta concessão, salvo impedimento judicial.

Artigo 8.º Não lhe será permitido represar as águas em quanto não forem feitas todas as desapropriações.

§ unico. Aos proprietários dos terrenos desapropriados será concedido um prazo mínimo de seis meses para a sua colheita e mudança.

Artigo 9.º Não haverá desapropriação de terreno para passagem de cauaes ou linhas de transmissão de corrente eléctrica nos lugares em que os proprietários consentirem nas instalações mediante indemnização que não exceda a terça parte do valor do terreno respectivo, ficando constituída sobre este apenas um servidão para colligação de postes, cauaes ou linhas e passagem do pessoal de conservação.

Artigo 10. As desapropriações concedidas pela presente lei serão reguladas, nos demais casos, no que fôr applicavel, pela lei n. 30, de 13 de Junho de 1892.

Artigo 11.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, aos 28 de Dezembro de 1911.

M. J. DE ALBUQUERQUE LINS

A. DE PADUA SALLES.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, aos 5 de Janeiro de 1912.—O director-geral, *Eugenio Lefèvre*.

Publicada 2.ª vez por ter sahido com incorrecções.

## LEI N. 1299-F

DE 29 DE DEZEMBRO DE 1911

*Autoriza o Governo a contractar o estabelecimento da colonização japonesa na zona situada entre o rio Ribeira e as colonias de Pariquera-assú e Cananéa.*

O dr. Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, Presidente do Estado de São Paulo,

Faço saber que o Congresso Legislativo do Estado decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º Fica o Governo autorizado a contractar com o Syndicato de Tokio, ou seu representante legal, o estabelecimento da colonização japonesa na zona situada entre o rio Ribeira e as colonias de Pariquera assú e Cananéa, no municipio de Iguaçu.

Artigo 2.º O Governo, além dos favores constantes da lei n. 1045-C, de 27 de Dezembro de 1906, concederá ao Syndicato mais os seguintes favores:

a) cessão gratuita de cincoenta mil hectares de terras devolutas na zona indicada, e o terreno necessario, a juízo do Governo, para construção e estabelecimento de uma cidade no lugar denominado Posto do Registro;

b) construção de estrada de rodagem para a estação de via-ferrea e porto de mar mais proximo;

c) restituição de passagem de mar e terra até a colonia.

d) estabelecimento e manutenção na colonia de um Posto zootechnico e Campo de Experiencia;

e) manutenção na colonia de uma escola para ensino da lingua portugueza;

f) isenção de impostos estaduais durante cinco annos.

Artigo 3.º O Syndicato se obrigará:

1.º a dividir as terras concedidas em lotes de 25 hectares cada um, que poderão ser vendidos aos colonos a razão de dez a trinta mil réis o hectare;

2.º a introduzir e estabelecer na referida zona dual mil familias japonezas, no prazo de quatro annos, a começar da data da assignatura do contracto com o Governo de S. Paulo.

Artigo 4.º Tendo de ser feita concessão identica naquella zona, terá preferencia o Syndicato de Tokio.

Artigo 5.º Reverterão para o dominio do Estado as terras concedidas e não occupadas no periodo de quatro annos, nos termos da presente lei.

Artigo 6.º O Syndicato só terá direito aos favores do Estado depois do estabelecimento na colonia das primeiras cem (100) familias e da demonstração da utilidade da empresa.

Artigo 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado, aos 29 de Dezembro de 1911.

M. J. ALBUQUERQUE LINS.

A. DE PADUA SALLES.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, aos 4 de Janeiro de 1912.—O director-geral, *Eugenio Lefèvre*.

Publicada 2.ª vez por ter sahido com incorrecções.

## LEI N. 1301

DE 29 DE DEZEMBRO DE 1911

*Concede direito de desapropriação á Empresa de Força e Luz do Norte de S. Paulo*

O dr. Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, Presidente do Estado de S. Paulo,

Faço saber que o Congresso Legislativo do Estado decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º A Empresa de Força e Luz do Norte de São Paulo, sociedade anónima com sede na Capital do Estado de S. Paulo, concessionaria privilegiada do serviço de fornecimento de força e luz aos municipios de Mogy das Cruzes e Pindamonhangaba, gozará do direito de desapropriação para o fim de obter a faixa de terreno que for estritamente necessaria para passagem de suas linhas adductas de energia eléctrica, a partir da referida usina na Cachoeira dos Freires, no rio Tietê, municipio de Sallesopolis, até as cidades de Mogy das Cruzes e de Pindamonhangaba, atravessando os municipios de Sallesopolis, Santa Branca, Parahyba, Jambeiro, Tremembé, Caçapava e Taubaté.

Artigo 2.º Não haverá desapropriação do terreno para passagem de cauaes ou linha de transmissão de corrente eléctrica nos lugares em que os proprietários consentirem nas instalações mediante indemnização que não exceda a terça parte do valor do terreno respectivo, ficando constituída sobre este apenas uma servidão para colligação de postes, cauaes, ou linhas e passagem do pessoal de conservação.

Artigo 3.º Si, pela construção dessas linhas ou outras, qualquer parte das estradas publicas ficar prejudicada, a Companhia será obrigada a fazer os reparos precisos, desviando ou aterrando a estrada, construindo pontes e desapropriando também os terrenos que forem necesarios para os desvios.

Artigo 4.º As desapropriações, concedidas pela presente lei serão reguladas, no que fôr applicavel, pela lei n. 30, de 13 de Junho de 1892.

Artigo 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, aos 29 de Dezembro de 1911.

M. J. ALBUQUERQUE LINS

A. DE PADUA SALLES